

ADUNIOESTE
SINDICATO DOCENTE DA UNIOESTE
(Seção Sindical do Andes – Sindicato Nacional)
www.adunioeste.org.br

INFORME SOBRE A 1ª REUNIÃO DO “GRUPO DE TRABALHO PARA REVISÃO DO PLANO DE CARREIRA DOCENTE”¹

A 1ª reunião “Grupo de Trabalho para Revisão do Plano de Carreira Docente” foi realizada no dia 21 de agosto (terça-feira). Nesta primeira reunião deveria ter sido discutida a composição do Grupo e o cronograma e metodologia de trabalho do Grupo. Tendo em vista que a pauta da reunião não se esgotou, foi proposto que a reunião tivesse continuidade no dia 27 de agosto (segunda-feira).

No início da reunião o Diretor Geral da SETI, Prof. Jairo Pacheco, distribuiu recorte do jornal Gazeta do Povo que noticiava a paralisação das atividades docentes na UEM, Unicentro e Unioeste, no dia 21 de agosto. Os representantes do Governo afirmaram que a paralisação das atividades no mesmo dia da instalação do Grupo de Trabalho poderia criar um “clima de animosidade”. Representantes dos docentes informaram aos representantes do Governo que na UEM não ocorreu paralisação e na Unioeste e na Unicentro a paralisação tinha sido aprovada em assembléias dos docentes realizadas antes da confirmação pelo Governo da realização da 1ª reunião do Grupo de Trabalho. Tal paralisação tinha como objetivo indicar ao Governo a insatisfação dos docentes em relação à ausência de negociações efetivas para solucionar o problema salarial. Foi informado ao Governo que caso o Grupo de Trabalho se configure num espaço de efetiva negociação, os docentes não terão mais motivos para paralisar as suas atividades. Depois dessa discussão inicial, que tomou grande parte da reunião, foi definida a composição do Grupo de Trabalho, da seguinte forma:

- a) 7 representantes do Governo: sendo 3 representantes da SETI (Ensino Superior), 2 representantes da SEPL (Planejamento) e 2 representantes da SEAP (Administração);
- b) 6 representantes das reitorias/direções das universidades e faculdades: sendo 1 representante de cada universidade (UEM – UEL – UEPG – Unicentro – Unioeste) e 1 representante de todas as faculdades e da UENP (Universidade do Norte do Paraná).
- c) 5 representantes dos docentes: sendo 1 representante de cada universidade (UEL – UEM – UEPG – Unicentro – Unioeste). No caso da universidade que tiver mais de uma entidade representativa dos docentes, ficou definido que tal representante deverá ser eleito em assembléia. As entidades representativas dos docentes solicitaram a participação do Dieese (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-econômicos) nas reuniões do Grupo de Trabalho para assessorar os representantes docentes nas questões relacionadas à situação financeira do estado. Os representantes do Governo e das Administrações Superiores concordaram com a solicitação das entidades sindicais.

A reunião iniciada no dia 21/8 (terça-feira) teve continuidade no dia 27/8 (segunda-feira). No início da reunião o Diretor Geral da SETI, prof. Jairo Pacheco, alegou que dois eventos, ocorridos na semana anterior, “poderão colocar cada vez mais distantes as condições para a busca de uma solução do problema dos docentes”, sendo eles: a) o governador Requião, tendo em vista as manchetes de jornais que noticiaram a paralisação dos docentes no dia 21/8, determinou que a Secretaria de Administração deveria enviar ofício aos reitores solicitando informações. De acordo com o representante do Governo, poderá haver o desconto do dia da paralisação; b) a decisão do Conselho de Administração da UEL que aprovou uma majoração nos gastos com FGs (Funções

¹A SETI se comprometeu em enviar a memória da reunião do “Grupo de Trabalho” às entidades sindicais. Estávamos aguardando o envio de tais memórias para fazermos o Relatório da reunião. Infelizmente, até a presente data a SETI não enviou nenhuma informação. Diante da necessidade de informarmos os docentes resolvemos fazer este Relatório a partir de nossas próprias anotações.

Gratificadas) e CCs (Cargos Comissionados) custarão aos cofres públicos 4 milhões ao ano. De acordo com o prof. Jairo Pacheco, “a continuidade de pequenos incêndios (paralisações e reajuste de FGs e CCs) poderá desviar o foco e levar ao desperdício de energias”.

De acordo com o vice-reitor da UEL, prof. Cesar Caggiano, a adequação das FGs e CCs estava prevista em decretos estaduais de 2005, que fixam a remuneração pelo exercício de encargos especiais, contemplando a administração direta e autárquica do Poder Executivo do Estado e, sendo assim, a Administração Superior da UEL poderia ser questionada por descumprir tais decretos.

A respeito das informações do prof. Jairo Pacheco, os representantes dos docentes responderam que o corte de salários poderá ser interpretado como indisposição do Governo para negociar uma solução ao problema salarial. Além disso, tradicionalmente, os docentes repõem os dias parados. Caso o Governo desconte o salário, os docentes não irão repor as atividades e com isso o encerramento do ano letivo poderá ser comprometido. Quanto ao problema da ampliação de gastos com FGs e CCs, o Comitê em Defesa do Ensino Superior não tem um posicionamento coletivo. Algumas entidades, como é caso na Unioeste, deliberaram em assembléia, no final da greve de 2002, por lutar pela redução de gastos com FGs e CCs. Os representantes docentes defenderam que tal problema precisa ser tratado administrativamente pela SETI e pela Reitoria da UEL. O Comitê deverá discutir tal questão numa próxima reunião e, caso resolva adotar um posicionamento coletivo, o Governo e as Administrações serão informadas nas próximas reuniões do Grupo de Trabalho.

Depois dessa discussão inicial que, novamente, tomou parte significativa da reunião, foi discutido o cronograma e metodologia de trabalho do Grupo. Quanto ao cronograma para a conclusão dos trabalhos do Grupo, apesar da insistência dos representantes docentes, o Governo informou que antes do dia 20 de novembro não tem condições de avaliar com mais precisão o comportamento das receitas e despesas do Estado e conseqüentemente não teria condições de concluir os trabalhos a respeito da revisão da carreira dos docentes. Quanto à proposta de abono salarial emergencial, apresentada pelos reitores, o Governo reafirmou o posicionamento da reunião do dia 21/8: “o Estado não tem condições financeiras de conceder o abono”. É importante frisar que o Governo não aceita o prazo apresentado pelos representantes docentes (início de outubro) para concluir os trabalhos de revisão da carreira. O prazo apresentado pelo Governo (20 de novembro) para avaliar, com mais precisão, o comportamento das receitas e despesas do estado, não significa que em tal data o Grupo irá concluir os seus trabalhos. Há sinais que indicam que para o Governo e para as Administrações Superiores (ou pelo menos, parte delas) a revisão da carreira docente pode demandar um prazo que ultrapassa o final do ano.

Quanto à metodologia de trabalho do Grupo foi definido que as próximas reuniões deverão tratar das seguintes questões: Princípios/Concepção da carreira docente (indicadores de valorização: percentual interclasses, interníveis, TIDE, Adicional Titulação), equiparação do vencimento inicial dos docentes com o vencimento inicial dos técnicos de nível superior, abono salarial e condições de acesso à Classe de Professor Titular. A próxima reunião do Grupo de Trabalho irá ocorrer no dia 5 de setembro (quarta-feira).

As entidades representativas dos docentes irão se reunir em Maringá, no próximo sábado, 1º de setembro, para definir uma proposta comum de revisão de carreira docente e avaliar “os resultados” dessa primeira reunião do Grupo de Trabalho. A Diretoria da Adunioeste entende que na reunião do Comitê deverá ser avaliado se devemos ou não continuar participando das reuniões desse Grupo de Trabalho sem uma data definida para definição de uma proposta de revisão da carreira docente.

Na próxima semana, a Diretoria da Adunioeste pretende encaminhar aos colegas docentes um novo informativo expressando a avaliação política do sindicato a respeito das reuniões do Grupo de Trabalho e sobre a situação do movimento docente no estado do Paraná, em relação à luta pelo reajuste salarial.